

Velloso, Q. (2024). *D. Sebastião, 1554-1578*. Gradiva.

Luís Costa e Sousa

O Livro *D. Sebastião 1554-1578*, de Queiroz Velloso – nome completo José Maria de Queiroz Velloso –, teve a sua primeira edição em 1935, foi reeditado nesse ano, e novamente impresso em edição “revista e aumentada” em 1945. É esta última edição que foi novamente publicada em 2024 pela editora Gradiva, “na sua versão integral, revista e com linguagem actualizada”, e que inclui um utilíssimo “ensaio introdutório do historiador Luiz Filipe Thomaz”.

Como o título indica, o livro desenvolve detalhada e cronologicamente a biografia de D. Sebastião, dividindo-se, de forma quase simétrica, em duas partes. Na primeira, que compreende os capítulos I a V, descreve-se o contexto em que se formou a personalidade do rei. A fase da sua menoridade, quando se confrontaram as duas regências: a primeira de D. Catarina de Áustria, recentemente viúva do rei D. João III pouco depois do nascimento de D. Sebastião, e os conflitos que levaram à sua substituição pelo cardeal-infante D. Henrique, tio de D. Sebastião. Segue-se a subida ao trono, com toda a carga dos conflitos da corte, culminando nos projetos falhados de casamento.

A segunda parte, do capítulo VI até ao fim da obra, analisa o processo que conduziu à fatal expedição, culminando na derrota que pôs fim ao reinado de *O Desejado*. No seu início, o autor retoma o fio das primeiras iniciativas de carácter militar descritas no capítulo IV – a introdução das companhias de ordenança e a organização da armada de 1572 –, para as encadear nos vários acontecimentos e iniciativas régias que, de forma cronológica, terão conduzido ao desastre final no dia 4 de Agosto de 1578, a saber: a viagem de inspeção militar ao Alentejo e Algarve de 1573; a primeira expedição a Marrocos, em 1574; a guerra civil entre os pretendentes à coroa de Marrocos, que desencadeou o novo projeto militar português, que teve o seu culminar em 1574; o encontro de 1576 em Guadalupe com o rei espanhol Filipe II, seu tio, para acertar uma aliança militar; os preparativos da expedição que seguiram ao longo de 1577 e 1578; e, finalmente, a descrição detalhada da derradeira expedição de D. Sebastião a Marrocos.

D. Sebastião é, provavelmente, o rei português sobre o qual mais se escreveu. A *Sebástica: bibliografia geral sobre D. Sebastião* (2002), de Vítor Amaral de Oliveira, elenca “mais de 3700 títulos”. No plano do manuscrito, o projeto “Sebástica manuscrita: catálogo e edições digitais dos textos historiográficos portugueses dos sécs. XVI e XVII” (CLUL-Universidade de Lisboa, 2018), recentemente coordenado por Esperança Cardeira, foca-se na extensa produção não impressa, no qual se contam as muitas relações presenciais da batalha de Alcácer Quibir. Não iremos aqui analisar as razões desta desproporcionada produção escrita, mas há que sublinhar que para isso contribuíram a forma dramática como o reinado foi interrompido, as funestas consequências do desaparecimento do rei que levaram a nova guerra, esta de anexação de Portugal à coroa do seu prévio aliado da malograda expedição.

E, como se sabe, as ondas de choque da derrota dos portugueses espalharam-se muito rapidamente pela Europa. A este propósito, o livro *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha: Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca. 1800)*, de Ana Maria Pinhão Ramalheira (2002), dá conta do impacto da batalha na literatura alemão, e é prova da importância deste evento no espaço europeu de finais do século XVI.

Tal como o mito da sobrevivência do rei português, que começou logo na própria noite desse 4 de agosto, com o episódio do embuçado de Arzila, foi também cedo que se iniciou a produção escrita sobre a batalha. É o caso do precioso panfleto com a magnífica gravura de Hans Rogel, impresso em 1578, ou a relação de Frei Luís Nietto, publicada em várias línguas com a primeira edição impressa nessa mesma data. Um sem-número de relatos escritos por vários veteranos da batalha alimentaram este “filão inesgotável e imparável”, cujo caudal se avolumou com o decorrer dos séculos. É dentro desta copiosa produção historiográfica que o livro agora em apreço ocupa uma posição de relevo, publicado mais de dois séculos volvidos sobre aquela que Vítor Amaral de Oliveira designa como “a obra de referência mais importante” da historiografia sebástica, as *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo de el-Rey D. Sebastião*, de Diogo Barbosa Machado (1736-1751).

O livro de Queirós Vellozo tem sido, e bem, considerado uma obra “sólida e bem documentada”, e que tem suportado o peso dos anos. O recurso sistemático às fontes espanholas do Arquivo General de Simancas é um grandes trunfos desta notável biografia. As preciosas notas de rodapé, que infelizmente a edição em apreço converte em notas de fim-de-texto, dificultando a sua consulta contextualizada, consiste noutra mais-valia do texto inicial. Contudo, a biografia de Queirós Vellozo não evita algumas das armadilhas comuns à problemática sebástica. Começamos pelas paixões extremas que a personalidade do rei provocou e ainda provoca, apresentado como o “rei ungido” ou como um “pedaço de asno”. O nosso autor encontra-se entre os que argumentam a segunda hipótese. Note-se que esta apreciação negativa do carácter do rei surge logo após o desenlace catastrófico da batalha, e encontra-se espalhada por quase todas as fontes coevas. Quem escreve estes depoimentos, crónicas, relações, pode tanto depender do resgate oficial levado a cabo pelos frades trinitários, como estaria sujeito à boa-vontade do futuro rei de Portugal, Filipe II, que naturalmente pretendia arrebanhar apoios para a sua causa. Ou ainda outras motivações de ordem clientelar. É o caso de um dos mais importantes depoimentos da batalha, escrito por um criado do Prior do Crato, cuja parcialidade – lembremo-nos do conflito que opôs D. António ao rei D. Sebastião – interfere na objetividade com que relatou alguns dos episódios ocorridos durante a expedição fatal.

E a outra armadilha da historiografia sebástica consiste, precisamente, na atração exercida pelos acontecimentos desse dia fatídico de Alcácer Quibir. É natural a tendência de colocar o dia 4 de agosto de 1578 como o culminar do reinado de *O Desejado*. Mas, como notou Maria Augusta Lima Cruz (2006), este enfoque apaga todo um governo que extravasou o quadro da batalha de Alcácer Quibir. Por exemplo, a introdução do regimento das companhias de ordenança, diploma publicado em 1570, foi parte de um processo que acompanhou os 20 anos do reinado de D. Sebastião. O Estado português passou a contar com um sistema de recrutamento, desenhado para retirar esta prerrogativa ao âmbito estrito das oligarquias. Nada de novo na Europa, onde este processo de dotar o rei da capacidade de fazer a guerra foi parte da consolidação de um estado central.

É, contudo, inevitável a abordagem ao acontecimento que acabou por marcar este reinado, mais não fosse porque lhe pôs um fim abrupto. Daí a importância que ocupa no livro. De facto, Queirós Vellozo deixou-nos a mãe de todas as descrições, juntando os depoimentos presenciais, articulando-os de forma exímia para pintar um quadro verdadeiramente vivido do que poderá ter sido o dia 4 de agosto de 1578. Não escapa, porém, ao que Filipe Tomaz tão sagazmente referiu como uma “leitura da história às arrecuas, dos consequentes para os antecedentes” (Velloso, 2024, p. 7). Não é lícito inferir do desastre uma fraca organização nem um comandante indeciso, e a descrição é pródiga em exemplos desta abordagem parcial, nomeadamente quando refere a indecisão do rei no início da batalha, omitindo parte do que as fontes nos dizem relativamente a este episódio.

Hoje já dispomos de biografias que atualizaram a visão que Queirós Velloso nos propôs para a imagem de *O Desejado*. No novo milénio, Maria Augusta Lima Cruz escreveu uma nova biografia intitulada *D. Sebastião* (2006), que con-

segue projetar as ações governativas para além do desastre marroquino, dando-nos uma imagem mais imparcial sobre este rei, tão extraordinário quanto polémico. Mas como todas as obras de referência, que resistem ao envelhecimento, o livro *D. Sebastião, 1554-1578* é transversal. Dirige-se ao público geral, e não foi por acaso que teve uma segunda edição no ano da primeira publicação. E dirige-se à Academia, deixando pistas a retomar. Temas que necessitam de um necessário aprofundamento, como a atividade diplomática entre Portugal e Espanha no que concerne ao Norte de África, com trajetórias contraditórias; ou a relação entre filho e mãe, que nos deixou um vasto conjunto pictórico que permite seguir a evolução física de D. Sebastião. Em resumo, para quem quiser conhecer mais sobre esta figura apaixonante e controversa que foi o rei D. Sebastião, a obra de Queiróz Velloso continua a ser um ponto de partida essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cruz, M. A. L. (2006). *D. Sebastião*. Círculo de Leitores.

Velloso, Q. (2024). *D. Sebastião, 1554-1578*. Gradiva.

Submissão/submission: 14/03/2025

Aceitação/approval: 21/03/2025

Luís Costa e Sousa, Centro de Humanidades (CHAM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. luiscostasousa@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-5998-2438>

Sousa, L. C. (2025). Velloso, Q. (2024). *D. Sebastião, 1554-1578*. Gradiva. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (23) 1-3.
<https://doi.org/10.48751/CAM-2025-23396>

Licença Creative Commons CC-BY-NC 4.0